



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006244-49.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Perdas e Danos**
 Requerente: **Servtrônica Segurança Eletrônica S/c Ltda**
 Requerido: **Gementi & Gibotti Agência de Viagens Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**

Vistos.

Servtrônica Segurança Eletrônica Ltda., devidamente qualificada nos autos, ajuizou Ação de Cobrança em face de Gementi & Gibotti Agencia de Viagens Ltda., também qualificada nos autos, aduzindo, em síntese, que é credora da ré no valor de R\$ 1.281,13, referente às parcelas vencidas dos contratos de prestação de serviços de monitoramento eletrônico com locação de equipamentos e de serviços de monitoramento de alarme integrado ao circuito fechado de televisão (CFTV).

Citada, a ré não contestou o pedido (fl. 45/46).

É uma síntese do necessário.

Fundamento e decido.

A procedência do pedido é de rigor.

Citada, a ré deixou de contestar o pedido operando-se os efeitos da revelia.

Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei processual. A primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o artigo 355, inciso II, no NCPC. A outra, que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos moldes do artigo 344, do mesmo Código.

Os contratos de prestação de serviços colacionados às fls. 16/20 e 21/26, devidamente assinados pelas partes, confirma as alegações deduzidas na inicial.

Assim sendo, de rigor a procedência do pedido, pois não há como exigir a produção de prova negativa, por parte da autora, de que não recebeu as parcelas vencidas atreladas ao contrato de prestação de serviços.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Desta forma, procedem integralmente os reclamos da autora.

Diante do exposto, julgo procedente o pedido de cobrança e condeno a ré ao pagamento da quantia de R\$ 1.281,13, valor a ser devidamente atualizado por correção monetária desde o vencimento da dívida, além de juros legais de mora, a partir da citação.

Sucumbente, arcará a ré com o pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes últimos arbitrados em 10% do valor da condenação.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 06 de setembro de 2018.

Juiz(a) **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**